

EDUCAÇÃO PERMANENTE COM AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE NO USO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO E E-SUS AB TERRITÓRIO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Educação permanente; Agentes comunitários de saúde; Registros eletrônicos de saúde

Introdução

A Educação Permanente em Saúde (EPS) é uma prática pedagógica de grande relevância, a qual qualifica o processo de trabalho, como também estimula os profissionais a serem protagonistas na construção de conhecimento. Nesse sentido, na rotina laboral dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) com o advento das tecnologias e sistematização como o Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) e e-SUS AB, percebe-se dificuldades quanto ao manuseio e compreensão das ferramentas utilizadas para o cadastro individual e familiar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), ocasionado inconsistências e consequentemente invalidação pelos sistemas. Diante disso, a EPS apresenta-se como estratégia potente, uma vez que parte das necessidades reais da rotina laboral para promoção da aprendizagem significativa e transformação do cotidiano dos serviços. Dessa forma, objetiva-se relatar a experiência de uma residente em saúde coletiva no desenvolvimento de uma atividade de EPS como instrumento para resolução de inconsistências no PEC e e-SUS AB em um município do Ceará.

Métodos

O presente trabalho trata-se de um relato de experiência de enfoque qualitativo e descritivo, realizado no período de abril-junho de 2026. As fases incluíram a identificação conjunta de inconsistências com a Coordenação de Educação Permanente em Saúde municipal em cadastros de quatro Unidades de Saúde da Família (USF). As inconsistências foram as seguintes: família sem responsável familiar, responsável com mudança territorial ou óbito no cadastro individual, unificações indevidas e registros incompletos, posteriormente, realização de roda de conversa em cada USF com os ACS para debater o assunto, compartilhar experiências e construir formas de solução.

Resultados / Discussão

Os encontros possibilitaram o alcance de dezessete ACS, como também a qualificação das informações prestadas, uma vez que foi constatada a redução de inconsistências quando comparado o antes e depois da ação por meio do acompanhamento dos cadastros disponibilizados na base local de dados. Verificou-se que, inconsistências relacionadas ao responsável familiar reduziram significativamente; os casos dos óbitos não identificados também foram resolvidos quando os ACS entenderam que a Coordenação de Vigilância Epidemiológica auxilia fornecendo o número da Declaração de Óbito, que o PEC solicita para validar o falecimento; os registros pessoais e domiciliares foram preenchidos em completude. Porém, as unificações indevidas não alcançaram resolução, pois é uma ferramenta irreversível causando sérios problemas e o Ministério da Saúde ainda não disponibilizou meios de reverter esses casos. Desse modo, esse relato validou a significância da EPS e suas transformações no ambiente de trabalho. Também se faz necessário salientar a importância da articulação ensino-serviço possibilitando vivência e aprofundamento no âmbito da EPS e suporte tecnológico.

Considerações Finais

A experiência evidenciou que a EPS, ancorada na realidade do processo de trabalho, produz mudanças concretas na qualidade das informações em saúde sem depender de capacitações verticalizadas, mobilizando os ACS como sujeitos ativos na resolução de problemas do próprio cotidiano. Recomenda-se, portanto, que atividades dessa natureza sejam incorporadas sistematicamente à rotina das equipes de Atenção Primária, especialmente em contextos de sistemas de informação em saúde.

Referência Bibliográfica

CECCIM, Ricardo Burg; FEUERWERKER, Laura Camargo Macruz. O Quadrilátero da Formação para a Área da Saúde: ensino, gestão, atenção e controle social. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 41-65, 2004. SANTOS, Romário Correia dos; SILVA, Lucas Iago Moura da; SANTOS, Leide Dionne Pereira de Jesus; MÉLLO, Livia Milena Barbosa de Deus e; SANTOS, Liliana. O uso de tecnologias digitais nas práticas de trabalhadores comunitários de saúde: uma revisão internacional de escopo. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 21, e02146220, 2023.